

MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR DA REDE PRIVADA NA CIDADE DE MANAUS/AM¹

Changes in the world of work and expansion of private higher education at the city of Manaus/AM

LIMA, Elourdiê Macena Corrêa de²

PEREIRA, Luciana de Lima³

OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de⁴

RESUMO

Esta produção objetiva lançar luzes sobre as mudanças no mundo do trabalho a partir das últimas décadas do século XX, e, tem como objetos, a expansão do ensino superior na rede privada da cidade de Manaus e a absorção da mão de obra no setor produtivo das indústrias do Polo Industrial de Manaus (PIM). O estudo é de caráter bibliográfico e foi construído à luz das leituras e dos debates ocorridos no Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas e Educação/GPPE, da Universidade Federal do Amazonas. Está dividido em três itens. O primeiro trata das mudanças no mundo do trabalho, suas repercussões para a classe trabalhadora e seus impactos na sociedade contemporânea fundamentados nos autores Harvey (1992; 2014), Antunes (2011), Salerno (2008) e Hirata (2008). O segundo faz uma incursão no processo de desenvolvimento histórico da escola e o seu papel para a “qualificação” para o trabalho no trato da relação com a produção, reprodução e a acumulação do capital. O terceiro item tece considerações sobre o Estado Neoliberal e seu ideário de “mercado livre”. A pesquisa aponta que existe descompasso entre o espraiamento das instituições privadas na cidade de Manaus e a pouca absorção pelas indústrias locais da mão de obra qualificada, o que evidencia um processo contraditório, uma vez que, a expansão do ensino superior privado da cidade de Manaus é fomentada, também, como requisito de preparo de mão de obra qualificada para o PIM.

Palavras-chave: Trabalho. Qualificação. Ensino Superior.

ABSTRACT

This production intends to shed light on the world of work from the last decades of 20th century, and has, as its objects, the expansion of higher education in the private higher education at the city of Manaus and the absorption of labor in the productive sector of Manaus' Industrial Pole (MIP). The study adopts a bibliographic approach and was built in the light of readings and debates occurred on the Group on Public Policies and Education /GPPE, from Federal University of Amazonas. It is divided into three topics. The first deals with the changes in the world of work, its repercussions for the working class, and its impact on contemporary society, based on the works of Harvey (1992; 2014), Antunes

¹ O texto é fruto de pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas e Educação (GPPE), da Universidade Federal do Amazonas, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). Esse artigo não foi apresentado ou publicado anteriormente. A pesquisa foi aprovada pela avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) sob o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) de nº 92162418500005020. Recebe apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Amazonas- UFAM. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas- UFAM. Foi Professora Substituta do Departamento de Serviço Social da UFAM. E-mail: elourdie@gmail.com.

³ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Amazonas- UFAM. Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Amazonas- UFAM. Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas- UFAM. Funcionária Pública Municipal, Professora da Educação Básica. E-mail: azgade@hotmail.com.

⁴ Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo. Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas. Professora Titular da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação. E-mail: selmabacal@ufam.edu.br.

(2011), Salerno (2008) and Hirata (2008). The second topic makes an incursion into the process of the historical development of school and its role for labor skilling in relation to production, reproduction and capital accumulation. The third topic presents some comments about Neoliberal State and its ideology of "free market". The research points to the existence of a mismatch between the spreading of private institutions at the city of Manaus and the low absorption of skilled labor by the local industries, which shows a contradictory process, since the expansion of private high education at the city of Manaus is also fostered as a requirement of skilled labor provision for the MIP.

Keywords: Labor. Skilling. Higher Education.

INTRODUÇÃO

O artigo analisa as mudanças no mundo do trabalho a partir das últimas décadas do século XX quando da inserção das novas tecnologias na escala industrial, faz interlocução com o conceito de formação/qualificação para o mercado formal de trabalho e a expansão do ensino superior na rede privada da cidade de Manaus tendo como referências a qualificação profissional e a absorção da mão de obra nas indústrias do Polo Industrial Manaus (PIM).

A metodologia consiste no levantamento bibliográfico, sistematização de leituras e debates ocorridos no Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas e Educação/GPPE, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Amazonas - PPGE/UFAM.

A primeira parte apresenta um panorama das mudanças no mundo do trabalho, suas repercussões para a classe trabalhadora e os impactos dessas mudanças na sociedade contemporânea. O aporte teórico utilizado perpassa por Harvey (1992; 2014), Antunes (2011), Chesnais (1996), Hirata (2008), Salerno (2008) dentre outros, os quais discorrem acerca do atual "modelo" de produção capitalista.

A segunda parte procura fazer uma breve incursão sobre o processo histórico da escola como guardiã da propriedade privada e sua relação com a educação/formação para o trabalho no trato com a produção, reprodução e acumulação do capital, fundamentados especialmente nos textos de, Enguita (1993), Ramos (2011), Saviani (2008) e Oliveira (2007).

A terceira parte tece considerações sobre o Estado Neoliberal e seu ideário de mercado livre para o capital e mínimo para as políticas públicas sociais. Nessa lógica, a expansão do ensino superior da rede privada de Manaus/AM, a qualificação para o mercado de trabalho e a inserção da mão-de-obra nas indústrias do Polo Industrial de Manaus (PIM), ganham destaque nos estudos de Assis (2008), que aponta o estatuto da qualificação como um dos principais requisitos adotados pelas empresas do sudeste do país e de Oliveira (2007), que revela que a qualificação do trabalhador exigida pelo PIM está estritamente relacionada às atividades do seu posto de trabalho, ou seja, o trabalhador qualificado para o contexto empresarial é aquele que atende à demanda técnica restrita do e para o capital.

Este estudo culmina com as análises de Pereira e Oliveira (2015) acerca do desemprego no PIM diante das crises capitalistas, afirma que, por mais que o trabalhador esteja qualificado para a função que desempenha tal fator não é garantia de sua empregabilidade. Sem o propósito de esgotar a temática, apresenta-se ao leitor a discussão empreendida em seus elementos para futuros aprofundamentos.

AS MUDANÇAS CONTEMPORÂNEAS NO MUNDO DO TRABALHO

O mundo do trabalho assistiu, a partir das últimas décadas do século XX, significativas transformações. A inserção da microeletrônica, as mudanças na dinâmica organizacional das indústrias (com destaque para as automobilísticas e de eletroeletrônicos) nos países centrais - em especial no Japão - e a globalização da economia mundial “condicionaram” modificações para outros países e continentes, guardadas as devidas proporções de caráter técnico, político, cultural e geográfico.

Entende-se que, o maior impacto social das mudanças no mundo do trabalho é o desemprego estrutural, fenômeno que se manifesta com a extinção dos postos de trabalho e com o avanço tecnológico em escala global atingindo diretamente a classe trabalhadora. Sobre esse assunto, Antunes (2011) diz que, na França o contingente operário diminuiu de 39% para 29,6%, entre 1975 e 1989, e, nos EUA, no setor de manufatura, esse contingente decresceu de 20.286 milhões, no ano de 1980, para 18.994 milhões, em 1986, enquanto o setor de serviços cresceu de 11.390 para 22.531 milhões no mesmo período.

A dinâmica de tempo e movimento preconizada por Taylor (1990), e a produção em massa, em série, rígida e estandardizada que caracteriza o fordismo, alinhado ao Estado de bem-estar social, o qual sustentou as bases econômicas e políticas de acumulação de capital, a partir do pós-guerra, e se manteve forte até a década de 1970, com relativa estabilidade, lucro e monopólio nos EUA e na Inglaterra, dão sinais de esgotamento no decorrer da década de 1970 (HARVEY, 1992).

Os debates sobre as novas tecnologias, e os processos de trabalhos delas advindos, estão longe de serem esgotados pelos estudiosos do mundo do trabalho; nesse sentido, Piore e Sabel (1984) advogam a favor do esgotamento da produção fordista-taylorista e o surgimento de um novo modelo produtivo calcado em novos métodos e técnicas de trabalho; outros, a exemplo de Harvey (1992, 2014) e Antunes (2011), consideram que houve significativas mudanças no mundo da produção, a chamada acumulação flexível, mas, reiteram que há de se ter cautela ao afirmar sobre o surgimento de um novo modelo produtivo, sem uma reflexão cuidadosa das dimensões políticas, econômicas e sociais, bem como de seu alcance. O que pode ocorrer é o recrudescimento em outros países de modelos que se tornaram obsoletos em seus locais de origem. Wood (1993), em estudo sobre o modelo japonês nos países da Europa (Grã-Bretanha), e, Estados Unidos da América, alerta para um sistema híbrido de produção.

Em termos nacionais, Leite (1994) assegura que, no Brasil, o modelo deixa de ser japonês para tornar-se nissei, quando aponta para ausência de autonomia dos operários, na definição de métodos de trabalho, e na alocação das atividades, no decorrer da jornada de trabalho nas empresas com células de produção.

Hirata (2008), ao analisar as tendências recentes sobre a divisão sexual e social do trabalho, no que concerne às mudanças tecnológicas alternativas ao modelo fordista-taylorista, tece críticas aos novos paradigmas, e assevera que, esses têm como referencial, o trabalhador homem, como que encarnando o universal. O modelo de trabalho em equipe, diante da falta de demarcação das tarefas implica na polivalência, e, na rotação das atividades prescritas ao trabalhador.

O próprio Ohno (1997) reverbera sem qualquer polidez, a necessidade de reorganização dos espaços de trabalho de modo que evite qualquer tipo de desperdício para o empresário, inclusive de não utilização eficaz da mão de obra humana, para Ohno produzir mais com menos é a máxima, pois “[...] com operários demais, inventa-se trabalho desnecessário [...]” (p.71).

Assim, a rentabilidade do capital se processa também pela redução de “[...] custos ‘eliminando gorduras de pessoal’ e automatizando em velocidade máxima”. (CHESNAIS, 1996, p. 306)

Antunes (2011) salienta que, a técnica de produção, organização e gestão utilizada no modelo japonês, *toyotismo* ou ainda *ohnismo*, tem causado grande impacto no mundo da produção e do trabalho, em resposta ao esgotamento à crise do fordismo dos anos 70. Para o autor, seus traços constitutivos básicos podem ser assim resumidos:

Ao contrário do fordismo, a produção sob o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido, e não o contrário, como se procede na produção em série do fordismo. Desse modo a produção sustenta-se na existência do estoque mínimo. O melhor aproveitamento possível do tempo de produção [...] é garantido pelo just in time (ANTUNES, 2011, p. 33)

Essa “nova” forma de integração social requer um trabalhador polivalente para o modelo flexível de produção, apto a manusear várias máquinas simultaneamente e dar respostas rápidas e eficazes aos eventos apresentados. Requer, ainda, a eliminação do trabalho morto, a gestão horizontalizada e o trabalho integrado e em equipe, decorrente de um tipo de racionalização de caráter sistêmico ou, nas palavras de Machado (1994) a sistemofatura, que contribui para escamotear o despotismo de fábrica e o pseudo consenso do trabalho participativo. Ainda que, a sociedade tecnizada não seja a sociedade industrial mais desenvolvida, trata-se de algo novo, mas que não modifica a lógica de acumulação do capital, pois o processo de transição de um a outro tipo de sociedade é descontínuo, eivado de mudanças (quantitativas e qualitativas) complexas. Faz conviver no mesmo cenário e simultaneamente o “velho” e o “novo” modelo.

Assim, a sociedade tecnizada marcada pela substituição da produção maquinizada pela eletrônica, surge quando a sociedade industrial ainda não se esgotou e, no caso dos países subdesenvolvidos, ela se esboça por meio de graves distorções que acentuam os descompassos de tempo, ritmo e movimento que caracterizam o desenvolvimento do capitalismo periférico incidindo, também, no centro nervoso dos processos econômicos, políticos e sociais.

A ESCOLA E O PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO PARA O TRABALHO

Historicamente a concepção de educação na sociedade de classes esteve voltada aos interesses da produção, reprodução e acumulação do capital expressando-se nas diversas fases do capitalismo como a fiel guardiã da propriedade privada na clássica concepção dual de educação para a divisão social do trabalho: a educação voltada para a elite e a educação voltada para os trabalhadores.

Ramos (2011) destaca que, o ensino efetivado pelas escolas populares não visa somente o ato de disciplinar para o ritmo da fábrica, mas também de conferir ao aluno-trabalhador o domínio de um ofício para o mercado de trabalho. Nessa esfera, a

formação para o trabalho passa a significar formação profissional, e, assim, a emergência das profissões modernas se constitui em atendimento à divisão técnica e social do trabalho que se mostram no cenário do capital classificadas de acordo com as classes a que se destinam: operários, técnicos, engenheiros, cientistas e assim por diante.

Enguita (1993) argumenta que o ensino, no interior da sociedade capitalista, tem cumprido o papel de qualificar a força de trabalho necessária ao atendimento das demandas da produção. Nesse sentido, o autor defende que a educação se caracteriza no plano simbólico e concreto, como um processo privilegiado para a inculcação da cultura à qualificação para o trabalho.

Ao analisar o papel da escola, na sociedade moderna, Saviani (2008) apresenta indícios de que essa escola, baseada nas relações formais (contratuais), vai trazer consigo a exigência de generalização e massificação, pois “[...] a produção centrada na cidade e na indústria implica que o conhecimento, a ciência que é uma potência espiritual, converta-se através da indústria, em potência material” (p. 155, 156).

Nesse sentido, o modelo de escola requerida pela sociedade capitalista exige que a qualificação do trabalhador esteja voltada para a produção e reprodução do capital e para o regime fabril de trabalho. O que remete, simultaneamente, à existência de práticas educativas que ajudam a legitimar o estatuto do trabalho considerado qualificado (RAMOS, 2011).

A qualificação é compreendida como uma construção social dinâmica, isto é, tomada como um constructo, que é síntese, das dimensões: conceitual, social e experimental eivada de “[...] múltiplas dimensões, que caracterizam esse conceito e que ordenam práticas e procedimentos concretos no plano das relações sociais de produção, construindo códigos de sociabilidade associados à cultura do trabalho” (RAMOS, 2011, p. 54 - 61).

O trabalho qualificado para o capital, ora é o trabalho “[...] parcelizado, fragmentado e repetitivo [...] operacionalizado por uma força de trabalho pouco qualificada ou sem nenhuma qualificação [...]” (NOGUEIRA, 2009, p. 76). Ora é o trabalho exercido por meio do domínio técnico, seja de maquinário, seja das novas tecnologias, bem como, o preparo para situações de imprevisibilidade, requisitos para o exercício da polivalência, que se caracteriza como um perfil de trabalho que exige pessoas mais qualificadas, todavia, uma qualificação afinada às demandas do capital.

Assim, o “diploma escolar” (estatuto formal) é frequentemente almejado e perseguido pelos aspirantes aos postos de trabalho como uma interface entre formação, emprego e remuneração. Embora a certificação não seja o único e principal pressuposto de qualificação, como assevera Ramos (2011), essa certificação irá “formalmente” garantir, em tese, o nível de domínio e conceitos de conhecimentos exigidos pelo mercado de trabalho, bem como, o status almejado.

A exploração de fontes de mão de obra qualificada, abundante e barata, cuja “[...] transmissão de *know-how*, proporcionam um ambiente de produção que gera economia de custo. Tal situação incentivou certas companhias de origem americana ou britânica a deslocarem sua produção [...]” (CHESNAIS, 1996, p. 203).

No movimento do capital, em busca de países de capitalismo menos desenvolvido, com pouca ou inexistente ação sindical, e mão-de-obra inexperiente e barata, instala-se no Estado do Amazonas, a Zona Franca, Polo Industrial de Manaus (PIM), entre 1957

e 1967, que inicialmente apresenta-se como entreposto aduaneiro até o Decreto-Lei nº 288 que a alarga para Zona Franca (MOURÃO, 2009), o que fomentou na região norte do País, um comércio transnacional, cujas indústrias abastecem não só mercados locais, mas também mundiais.

Ao examinar o quadro das recentes modificações do processo de trabalho no ramo da indústria brasileira, particularmente do Polo Industrial de Manaus (PIM) com relevância às ações de formação/qualificação da mão-de-obra aos trabalhadores do “chão da fábrica”, Oliveira (2007) deixa claro o que entende por ações de educação/formação e qualificação/treinamento: as primeiras visam dar ao trabalhador um determinado grau de escolarização concedendo-lhe o estatuto formal, ao passo que as segundas buscam capacitar o trabalhador para o exercício stricto sensu do seu posto de trabalho.

Em sua pesquisa empírica a autora revela que apesar da exigência do estatuto formal de escolarização pelas indústrias do PIM, o que determina a contratação para o posto de trabalho é, muitas vezes, o conhecimento tácito e a experiência prática para o exercício do trabalho.

Nesse sentido ao trabalhador são exigidas a educação/formação escolar e a qualificação/treinamento, mas, voltados ao aprimoramento da força de trabalho para o capital em detrimento da formação do ser social.

O ESTADO NEOLIBERAL E A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR

A crise estrutural do capital nos anos 1970 redireciona as bases da produção e reprodução do capital atingindo diretamente o mundo do trabalho, mas se expressa também no campo político reordenando o papel do Estado que se reconfigura para atender aos interesses do capital como seu arauto e representante legal (MARX; ENGELS, 1986).

A expansão do ensino superior privado no Brasil vem se configurando desde a década de 1960 com o decisivo apoio do Estado, mas é nos anos de 1980 que esse segmento ganha maior impulso e recebe o marco legal da Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN.

A partir da década de 1980 os países de capitalismo avançado passam por significativas mudanças na ordem econômica e política: por um lado assistem-se, no mundo do trabalho, as mudanças da esfera produtiva do capital que redireciona o seu *modus operandis* com o fim de se reestabelecer da crise de superacumulação de mercadorias que se dera com a produção em série e em massa e o declínio de consumo (FORD, 1926) que se constituía em um dos pilares da crise estrutural do capital.

É nesse contexto de crise orgânica do capital, que o Estado de Bem Estar Social se expressará, a partir do pós-guerra, com o modelo fordista-keynesiano de produção, pleno emprego e consumo nos EUA e em alguns países da Europa Central com relativa estabilidade e lucro, mas logo apresentará sinais de esgotamento redirecionando a agenda política de países como os EUA, a Inglaterra e a Alemanha.

Assim, a Nova Direita que saíra vitoriosa de recente processo eleitoral nos referidos países, dita suas normas para o mundo como condição de manter sua lucratividade e submete o ideário neoliberal aos países de economia dependente. Harvey (2014)

assevera que “[...] a revolução neoliberal que se costuma atribuir a Thatcher e Reagan a partir de 1979 tinha de ser instaurada por meios democráticos [...]” (p.49).

Todavia, na América Latina, a porta de entrada para a ideologia neoliberal se deu pelo Chile, com Augusto Pinochet (1974-1990), seguido da Argentina, com Carlos Menem (1989-1999) e do Brasil com Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), os quais adotam medidas principalmente no que se refere à abertura ao mercado internacional via redução de impostos e barreiras alfandegárias, programas de privatização, políticas públicas sociais focalizadas e estabilização da moeda.

O receituário neoliberal concebido desde o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e aprofundado por Fernando Henrique Cardoso atinge, sobretudo os avanços ainda que tímidos da Constituição Federal (se comparados às constituições anteriores) promulgada no final da década de 1980 em contra fluxo ao cenário de mudanças que estavam por vir.

O Brasil, que ainda não respirara as “conquistas” da Carta Magna, tem suas políticas públicas sociais também para educação comprometida pela redução das atribuições do Estado, pois, o estado de viés neoliberal torna-se protetor dos interesses dos organismos internacionais, e como representante do grande capital, desloca as desigualdades sociais às periferias do capital, subordina todos os setores, inclusive o educacional às suas orientações.

Nesse contexto, a diversificação do ensino superior regulamentada pela via legal recebe o enquadramento da lucratividade pelo Art. 20 da LDBEN/9.394 de 20 de dezembro de 1996. Esse dispositivo constitucional que inaugura o seu reconhecimento oficial e aprofunda o modelo técnico-napoleônico que Sguissardi (2009) denomina de neoprofissional, heterônoma e competitiva, abre leque à possibilidade de lucro, por via legal, ao estabelecer às IES privadas o dispositivo de particulares em sentido estrito. A Emenda Constitucional nº 95 de 2016, também propicia este cenário de mercadificação do ensino, diante do Novo Regime Fiscal, com seus planos fiscais e políticas de austeridade.

No governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) quando da aprovação da Lei nº 10.973 de 2 de dezembro de 2004 que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológicas no ambiente produtivo, da Lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004 que dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação de parcerias público-privada no âmbito da administração pública, atingindo em especial as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, e da Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005 que institui o Programa Universidade para Todos - Prouni: Tem continuidade e está pronto o cenário para a expansão do ensino superior privado.

Frigotto (1993) esclarece que:

Na medida em que o Estado se torna ele próprio um capitalista, gerindo empresas lucrativas ou associando-se às grandes firmas multinacionais [...] os investimentos dos recursos públicos irão ter uma destinação cada vez mais particular – garantir a centralização. Drena-se, desta forma, os recursos das áreas sociais- saúde, educação, moradia, ou as arrecadações de PIS, FGTS, e impostos para os setores produtivos, ou investe-se nestes setores, em programas cuja aderência ou cuja mediação com a produção seja mais imediata (p.118)

Nesse âmbito, assiste-se a diminuição do Estado no trato das questões sociais, dentre as quais a política educacional para todos os segmentos, e a atuação da sociedade civil no avanço corporativo da educação privada (PERONI, 2003; 2008).

No ensino superior ocorre não só o espraiamento das instituições privadas, mas também, a formação de conglomerados empresariais que ganharam respaldo legal do Estado com o artigo 213 da Carta Magna de 1988 que promulga a possibilidade de investimento em instituições educacionais para este segmento.

Acertadamente Chaves (2010) aponta que o processo de privatização do ensino superior no Brasil se deu em duas distintas direções: pela fragmentação do setor público e expansão do setor privado; pela formação de oligopólios e a criação de redes por meio da compra e de fusão por empresas nacionais e internacionais de capital aberto negociado nas bolsas de valores, fazendo da educação, segundo Adrião (2017) um grande negócio.

Desse modo, assiste-se no campo do ensino superior, a partir da década de 90, ao aumento de matrículas da rede privada de Manaus que passam de 8.802 em 1995, para 134.154 em 2010, acompanhando a tendência de crescimento nacional que tem suas matrículas acrescidas de 961.455, em 1990 para 6.075.152, em 2015 (MEC/Censo/Sinopses do Ensino Superior/2015).

Para além das motivações de lucratividade propiciadas pelo modelo neoliberal para a expansão do Ensino Superior esse espraiamento pressupõe, na estreita relação com as demandas do mundo do trabalho, visto que este requer, em tese, o estatuto da formação à demanda do seu novo modelo produtivo. Entretanto, o levantamento de literatura realizada para este estudo apontou para direções divergentes.

Por um lado, segundo a pesquisa realizada por Assis (2008), as diversas categorias profissionais ampliam seu nível de qualificação na proporção direta ao grau de exigência ora demandada. Para a autora, essa perspectiva encontra justificativa na natureza das mudanças que a indústria vem sofrendo para a nova base técnica e para absorção aos novos processos de organização do trabalho, embora essa não seja uma variável causal.

Em outra direção, a pesquisa de Oliveira (2007) que apresenta como campo empírico o Polo Industrial da cidade de Manaus, aponta que, apesar da busca pelo estatuto formal da escolarização de nível superior e do simbolismo que este representa ao imaginário social, não é a realidade para a empregabilidade nas indústrias da capital amazonense. Segundo a autora,

[...] a qualificação dos trabalhadores, demandada pelas grandes empresas do setor eletroeletrônico da Zona Franca de Manaus (ZFM), no geral, não coincide com os conhecimentos efetivamente mobilizados nos postos dos operadores de máquinas de inserção. Desse trabalhador são exigidos, no processo de seleção, nível médio de escolarização, conhecimentos básicos em eletrônica, conhecimentos em informática e conhecimento em língua estrangeira, notadamente o inglês (p. 193).

A autora desvela em sua pesquisa que o modelo fordista/taylorista convive com nuances da produção flexível nessa “periferia” do capital e é reveladora do descompasso entre o espraiamento das instituições privadas na cidade de Manaus e a pouca absorção pelas indústrias locais da mão de obra qualificada. O que evidencia um processo contraditório de qualificação e desqualificação profissional, uma vez que a

expansão do ensino superior privado da cidade de Manaus é fomentada também pelos requisitos de preparo para inserção da mão de obra qualificada no PIM.

Pereira e Oliveira (2015) apresentam um fator interessante na pesquisa que realizaram acerca do desemprego no PIM, nenhum dos trabalhadores entrevistados, segundo as autoras, pediu demissão do emprego, pelo contrário, ainda que frequentes, participando de cursos “[...] ‘obrigatórios’ e ‘repetitivos’ ofertados pelas empresas, submetendo-se a horas extra, foram surpreendidos com: redução de quadro, crise, fechamento de fábricas, baixa demanda de produção e, término do contrato temporário sem renovação ou efetivação”(p.12).

O enxugamento do quadro de trabalhadores do PIM se deve também, à enorme capacidade de mobilidade física das empresas, que sem qualquer vínculo com a região, diante de qualquer instabilidade ou crise no mercado, partem em busca de localidades mais propícias aos seus interesses de lucratividade e requerendo sempre, mão de obra que se sujeite aos seus intentos.

O regime da economia internacional atual pode ser definido como sendo de um ‘espaço de concorrência diversificado, mas em vias de unificação’, no qual a concorrência se dá cada vez mais diretamente entre companhias, que têm necessidade imperativa de todo o espaço para se desenvolverem. A palavra-chave desse regime de economia internacional é ‘competitividade’. Nos mercados de bens de consumo final, em particular, as empresas, apesar da diferenciação de produtos, estão em situação de concorrência direta, quando não frontal. O sucesso de uma empresa significa, cada vez mais, a falência ou absorção de outras. Quando esse processo se exerce entre países diferentes, chega necessariamente um momento em que países se sentem atingidos [...] (CHESNAIS, 1996, p. 218).

As questões mais importantes, segundo o autor, dizem respeito “[...] à orientação das decisões de investimento, bem como à intensidade da exploração dos assalariados e às formas que esta assume: demissões massivas [...]” (p.292), seguidas das mais variadas técnicas que são empregadas tais como: “[...]‘reengenharia’, rebaixamento do nível salarial e instauração da mais completa precariedade no trabalho [...]” (p. 293).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O estudo aponta que, ainda com a inserção da microeletrônica em vários ramos industriais, não se pode afirmar que o modelo de produção fordista/toyotista esteja suplantado. Os estudiosos da sociologia do trabalho divergem sobre essa questão, apontando concepções diferenciadas até mesmo em seu país de origem, o Japão.

No Brasil, as pesquisas de Hirata (2008) indicam que as práticas e os métodos tayloristas vão coexistir com algumas ilhas de modernidade e de sofisticação tecnológica organizacional, linha de análise que tem consonância com a exposição de Oliveira (2007) ao indicar que a produção do capital não tem modelo, seu modelo é o lucro.

Nas indústrias de Manaus é revelado, pela pesquisa de Oliveira (2007) que o fordismo/taylorismo não foi suplantado - convive simultaneamente com os novos métodos de produção - e que a requisição da mão de obra ainda se dá aos moldes do trabalho repetitivo e massificado, dispensando a qualificação aprimorada na compreensão do processo e dinâmica de trabalho.

O que importa é a competência requerida e desenvolvida na e pela indústria para o exercício stricto sensu do posto de trabalho evidenciando, assim, que o capital não tem solo, não tem modelo, não tem regra, que seu mirante é o lucro e que a categoria tempo-espaço na divisão social e técnica do trabalho se desloca em atendimento aos interesses de sua acumulação.

A contradição entre o espraiamento das IES's privadas na cidade de Manaus e a pouca absorção pelas indústrias locais da mão de obra qualificada pelo estatuto formal, demonstra ainda que, ao somado de crise própria do sistema capitalista, configura-se desemprego em massa na região, o que não tem relação nem com a alta qualificação ou alta escolarização por parte dos trabalhadores locais, apontando para problemáticas mais profundas que a simples afirmação de ausência de trabalhadores qualificados, ou maior escolarizados, como tem sido o discurso propagado pelas mídias sociais, nacionais e locais.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. **O Negócio da Educação: aventuras na terra do capitalismo sem risco**. FAPESP; Gilberto Maringoni (Org.). et al. São Paulo: Olho d'Água, 2017.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 15. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

ASSIS, M. Educação e a formação profissional na encruzilhada das velhas e novas tecnologias. In: FERRETTI, C. J.; MADEIRA, F. R.; FRANCO, M. L. P. B.; ZIBAS, D. M. L. (Orgs.). **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar**. 10. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2008.

BRASIL. **Constituição (1988)**: República Federativa do Brasil-Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em <www.mec.gov.br/legislação>. Acesso em: 14 jun. 2007.

BRASIL. **Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm. Acesso em: 20 jul. 2018.

BRASIL. **Lei n. 11.079, de 30 de dezembro de 2014**. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L11079.htm. Acesso em: 20 jul. 2018.

BRASIL. Constituição (1988): **Emenda Constitucional nº 95, de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. In: Constituição da República Federativa do Brasil.

CHAVES, V. L. J. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, abr.-jun. 2010. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 23 abr. 2018.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

ENQUITA, M. F. **Trabalho, Escola e Ideologia: Marx e a crítica da educação**. Porto Alegre/RS: Editora Artes Médicas Sul Ltda, 1993.

FORD, H. **Minha vida e minha obra**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1926.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um reexame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. **O neoliberalismo história e implicações**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

- HIRATA, H. Da Polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETTI, C. J.; MADEIRA, F. R.; FRANCO, M. L. P. B.; ZIBAS, D. M. L. (Orgs.). **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar**. 10. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2008.
- LEITE, M. P. Modernização Tecnológica e Relações de Trabalho. In: **Trabalho e Educação**. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1994.
- MACHADO, L. R. S. Mudanças Tecnológicas e a Educação da Classe trabalhadora. In: **Trabalho e Educação**. 2. ed. São Paulo: Papyrus, 1994.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã** (Feuerbach). 5. ed. São Paulo: Editora Hucitc, 1986.
- MOURÃO, A. R. B. A industrialização do Estado do Amazonas. In: OLIVEIRA, S. S. B. (Org.). **Trabalho, educação, empregabilidade e gênero**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.
- NOGUEIRA, M. G. Educação e empregabilidade: ensaio sobre a utilização da qualificação profissional como instrumento de construção de consenso nas relações de trabalho. In: OLIVEIRA, S. S. B. de. (Org.). **Trabalho, educação, empregabilidade e gênero**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.
- OHNO, T. **O sistema Toyota de produção: além da produção em larga escala**. Porto Alegre: Bookman, 1997.
- OLIVEIRA, S. S. B. **A “Periferia” do Capital: na cadeia produtiva de eletroeletrônicos**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas – EDUA, 2007.
- PEREIRA, L. de L.; OLIVEIRA, S. S. B. de. **Desemprego no Polo Industrial de Manaus- Setor Eletroeletrônico e o discurso da empregabilidade**. 37ª Reunião Nacional da ANPED: UFSC – Florianópolis, 2015.
- PERONI, V. M. V. **Política educacional e o papel do estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.
- PERONI, V. M. V. A relação público/privado e a gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado. In: ADRIÃO, T.; PERONI, V. (Orgs.). **Público e privado na Educação: novos elementos para o debate**. São Paulo: Xamã, 2008.
- PIORE, M.; SABEL, C. **The second industrial divide. Possibilities for prosperity**. New York: Basic Books, 1984.
- RAMOS, M. N. **A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SALERNO, M. S. Trabalho e organização na empresa industrial integrada e flexível. In: FERRETTI, C. J.; MADEIRA, F. R.; FRANCO, M. L. P. B.; ZIBAS, D. M. L. (Orgs.). **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar**. 10. ed. São Paulo: Vozes, 2008.
- SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, C. J.; MADEIRA, F. R.; FRANCO, M. L. P. B.; ZIBAS, D. M. L. (Orgs.). **Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar**. 10. ed. São Paulo: Editora Vozes, 2008.
- SGUISSARDI, W. **A universidade brasileira do século XXI: desafios do presente**. São Paulo: Cortez, 2009.
- TAYLOR, F.W. **Princípios de Administração Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1990.
- WOOD, S. J. Toyotismo e/ou Japonização. In: HIRATA, H. (Org.). **Sobre o Modelo Japonês**. São Paulo: Edusp - Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

Data da submissão: 17/01/2019

Data da aprovação: 31/08/2019